

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE LETRAS



DOI: [https:// dx.doi.org/10.14195/1647-8657_34_13](https://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_34_13)

ISSN: 0084-9189

CONIMBRIGA



VOLUME XXXIV – 1995

INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

NAVARRO CABALLERO, Milagros, *La Epigrafía Romana de Teruel*, Teruel, 1994. 189 p. + XVI de estampas. ISBN: 84-86982-44-8.

Numa edição conjunta do Instituto de Estudios Turolenses (da Diputación Provincial de Teruel); do Departamento de Ciências de Antigüedad, Arqueología (da Universidad de Zaragoza); e do Centre Pierre Paris (Université de Bordeaux III) - a obra, abreviadamente designada por *E. R. Ter.*, constitui o fruto nº 1 do projecto P. E. T. R. A. E. para a Península Ibérica.

Antevisto por Robert Étienne no VII Congresso Internacional de Epigrafia Grega e Latina (Constanza, 1977) - cf. *Conimbriga* 16 1977 83-88 - e formalmente anunciado no IX, em Sófia (1987), este programa de registo e tratamento informático dos monumentos epigráficos, elaborado e aperfeiçoado por Alain Bresson, propõe a organização de uma gigantesca base de dados - a abarcar todo o mundo romano - que venha a permitir não só publicações como esta mas também o manuseamento rápido de informações susceptíveis de eficazmente virem a melhorar a apreciação dos monumentos epigráficos na sua vertente essencial de documentos culturais.

O livro de Milagros Navarro não é, porém, um mero catálogo epigráfico na linha das *Inscriptions Romaines de la Province de Lugo* (Paris, 1979), da autoria de F. Arias Villas, P. Le Roux e A. Tranoy, e das *Inscriptions Romaines de Catalogne* (volumes I, II e III - Paris, 1984, 1985 e 1991), da autoria de G. Fabre, M. Mayer e I. Rodà, que se inseriam no mesmo projecto de preparação de *corpora* epigráficos peninsulares surgido com o volume II das *Fouilles de Conimbriga* (Paris, 1976). Para já, não foi editado em Paris e em língua francesa; depois, embora tenha auferido de ampla colaboração dos investigadores do Centre Pierre Paris, é da exclusiva responsabilidade da sua autora. Para além, todavia, desta diferença formal, a obra representa parte significativa do trabalho *La Epigrafia Romana del Conventus Iuridicus Caesaraugustanus*, que foi a dissertação de licenciatura da Autora; detém, por isso, um alcance maior.

Justifica-se, assim, que, depois do rol das abreviaturas utilizadas, da bibliografia (pp. 13-22) e da pormenorizada descrição dos princípios adoptados (que são os do programa P. E. T. R. A. E.), a Autora se demore numa introdução (pp. 33-74), onde analisa o contexto em que as epígrafes foram encontradas: a geografia antiga - os povos e as cidades - e a história da ocupação romana, tudo com base nas fontes literárias, epigráficas e arqueológicas; e onde faz circunstanciada resenha dos estudos epigráficos que antecederam este volume.

Estuda-se um total de 49 monumentos (aos textos da montanha escrita de Peñalba de Villastar, que são 17, foi atribuído o nº 27 seguido de letras de A a Q), incluindo quatro anepígrafos. E poderia pensar-se que era pouco para um livro. De facto, sê-lo-ia se, a propósito de cada peça, se não procurasse carrear toda a informação disponível, quer a nível da história da peça em si (em que circunstâncias foi encontrada, por onde andou, quem a publicou e como...) quer a nível da sua pormenorizada descrição e cuidadoso comentário paleográfico e histórico.

Talvez resida aqui, diga-se desde já, um problema de 'legibilidade': o facto de se terem querido manter as entradas do programa informático à maneira de

ficha («suporte», «material», «estado de conservação do monumento», «elementos decorativos», «lugar da descoberta», «contexto local», etc.) torna a leitura menos corrida, menos prática. Veja-se, por exemplo, que no(s) parágrafo(s) que antecedem as referências bibliográficas, se incluem: «datação do texto», «justificação da data», «escrita», «estilo da escrita» e comentário paleográfico, tudo seguido. Na bibliografia, curiosamente, é até incluída a citação do próprio livro - um dado que, decerto, se deve ter na conta de distração, embora seja apenas aí que se indica o número da ilustração correspondente.

O texto é apresentado em capitais, tal como está na pedra, seguido da leitura interpretada, em minúsculas (com o respectivo desdobramento); segue-se-lhe o «aparato crítico», ou seja, a discussão da leitura com apresentação das diferentes versões propostas ao longo dos tempos; só depois vem a tradução (sem que, todavia, se traduzam para vernáculo os antropónimos latinos); as «observações» são o comentário histórico (as referências bibliográficas vão inseridas no texto sem o recurso a notas de rodapé).

Nas conclusões (pp. 165-173), faz-se o natural balanço da investigação desenvolvida quanto à tipologia dos monumentos, às características linguísticas e onomásticas dos textos, o contributo desta epigrafia para a reflexão histórica local - aspectos que um quadro sinóptico (pp. 170-173) melhor deixa visualizar.

Há um índice geral de palavras que aparecem nas inscrições, os habituais índices epigráficos, a lista de correspondências (só quatro textos estavam inéditos), o

∅ quadro das proveniências (a completar com o mapa inserto na p. 74). As fotos são, no geral, pouco contrastadas, com iluminação deficiente.

Compartilhamos, por conseguinte, a sensação de frustração que não deixou indiferente a autora (p. 165): teve para analisar uma «divisão administrativa actual que nada tem que ver com a existente na época antiga», de modo que se viu constrangida a descrever «a epigrafia criada durante quatro séculos numa porção do terreno hispano incluída dentro da *prouincia Hispania Citerior*»... Ainda por cima, num número escasso em demasia: 25 textos funerários, 2 votivos e 2 honoríficos (e destes últimos nenhum subsiste já). Pouco se pode, pois, concluir daqui.

Documenta-se a aculturação das gentes locais aos hábitos romanos: na montanha de Peñalba veneraram uma divindade indígena, *Lug*, à maneira dos Romanos; com os colonizadores assinaram pactos de hospitalidade logo no século 1 a. C. (uma *tessera* em forma de golfinho, a n.º 12, celebra um pacto com os Metelinos, uma outra, o n.º 28, de bronze, em forma de duas mãos justapostas, palma com palma, documenta um outro com Públio Turúlio, da tribo Mécia); foram inscritos, alguns, na tribo Galéria; adoptaram, na sua maioria, a antroponímia latina.

Para além das duas *tesserae*, que são documentos importantes, há mais alguns que interessará salientar.

Em primeiro lugar, a ocorrência de dois epitáfios iguais, os n.ºs 16 e 17, facto que provocou a natural confusão nos autores que os estudaram. Milagros Navarro põe um definitivo ponto final na discussão: trata-se de blocos destinados a serem colocados em duas paredes do mesmo edifício funerário, em memória de *Marcus Domitius Proculus*, muito provavelmente um (o n.º 17) na fachada, por conter a

saudação HAVE PROCLE (um curioso vestígio, aliás, da linguagem oral), e o/ outro nas traseiras. Um edifício sito na propriedade agrícola dos *Domitii*, cujo estatuto económico inclusive se documenta pela existência de outros monumentos (n.ºs 15 e 18) e pela circunstância de, numa das epígrafes, o gentilício estar em sigla, o que denota, como muito bem salienta Milagros Navarro (p. 116), a sua notoriedade local. Um caso a juntar, portanto, à problemática dos epítáfios repetidos. A Autora não lhe dedicou, como é natural, grande atenção, porque já bastante se escreveu a este propósito e, aqui, a razão da duplicação é evidente: a colocação em paredes diferentes do mesmo edifício sepulcral. Mas talvez venha a propósito referir alguma bibliografia produzida sobre o assunto, depois da já clássica comunicação apresentada pelo saudoso Sebastián Mariner Bigorra ao III Congresso Internacional de Epigrafia Grega e Latina (A- H- /..., Roma, 1959, 207- / (Atti... -211) intitulada «Il problema degli epitaffi ripetuti e le sue derivazioni». Francisco Beltrán Lloris pôde confirmar que CIL II 3848 e 3849 eram mesmo dois monumentos diferentes: cf. *Epigrafia Latina de Saguntum y Su Territorio*, Valência, 1980, n.ºs 219 e 221. Giancarlo Susini salientou a importância das inscrições repetidas para detectar os tipos duma oficina epigráfica: cf. *Epigrafia Romana*, Roma, 1982, 76. Carmen Castillo voltou a reflectir sobre o tema, a propósito de duas lápides funerárias de Córdoba: cf. «Un trienio de epigrafia latina en Hispania: logros y perspectivas», *Unidad y Pluralidad en el Mundo Antiguo* (Actas del VI Congreso Español de Estudios Clásicos), Madrid, 1983, 117-119 e 125.

Outro problema curioso é colocado pelo texto n.º 20, urna dedicatória a Hércules feita por duas personagens cuja identificação precede o teónimo: *Aquilus et Nigrinus Corneli*. Apesar de, no título, se mencionar que se trata da «oferenda de dois escravos a Hércules» (p. 124), a Autora refuta essa opinião na página seguinte, considerando os dedicantes membros da *gens Cornelia*. E baseia a sua opinião na pesquisa de Mercedes Oria Segura (*Habis* 20 1989 263-273), que chegou à conclusão que, na Península Ibérica, os adoradores de Hércules eram «itálicos ou viviam em ambiente muito romanizado e eram homens livres» (p. 125). Estaríamos, assim, perante uma excepção, a única detectada em território peninsular.

Confesso que também sou avesso a excepções; neste caso, porém, o que mais importa não é a normalidade: são as regras epigráficas, segundo as quais o vínculo jurídico se declara não através do gentilício mas do *praenomen*. Vejamos, para o confirmar, uma epígrafe semelhante: o altar votivo a uma *Tutela*, procedente de Seixo de Ansiães, Carrazeda de Ansiães. Os dedicantes identificam-se assim: *Pompei Clitus Corinthus Calvinus*. A primeira hipótese aventada ia no sentido de considerar *Pompei* o patronímico. Cheguei a partilhar essa opinião (cf. *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, Lisboa, 1975, 294-296). Alain Tranoy (*La Galice Romaine*, Paris, 1981, 305) preferiu incluí-los na classe dos libertos; aliás, um cognome como *Corinthus* ajustar-se-ia bem à onomástica dum escravo; *Clitus*, nome dum conhecido general da Macedónia, também se poderia integrar de preferência na antroponímia grega: identifica, aliás, seis escravos e libertos no conjunto da epigrafia de Roma (cf. Heikki SOLIN, *Die Griechischen Personennamen in Roma - Ein Namenbuch*, Berlin, 1982, 215).

Sendo, portanto, *Pompeius* um gentilício e precedendo os cognomes, não se pode deixar de concordar com Alain Tranoy (cf. também José Manuel GARCIA, *Religiões Antigas de Portugal*, Lisboa, 1991, 366).

O paralelismo é evidente: em ambos os casos, um gentilício comum, no plural, apesar de surgir em diferente posição. As regras epigráficas confirmam, portanto, a interpretação de Milagros Navarro: estamos perante libertos (e não escravos) que, devido ao modo de identificação escolhido, omitiram aqui o seu *praenomen*, decerto o mesmo, por ser o do seu patrono.

Não quereria, porém, terminar esta apreciação a uma obra primogénita - cuja 'família' desejamos ver rapidamente acrescentada - sem me congratular com a referência, na p. 64, a João Baptista Labaña, um cartógrafo português ao serviço de Filipe II, que, no decurso duma viagem pelo reino de Aragão, foi anotando no seu itinerário tudo quanto lhe pareceu de interesse. Aos seus apontamentos se ficou a dever, assim, o conhecimento de duas inscrições de Albarracín e dos blocos de Calomarde. Mais uma vez, os manuscritos antigos ao serviço da Epigrafia.